



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2018**

#### **ATA N.º 06/2018**

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, Concelho de Lagoa - Açores, sob a Presidência do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues, em substituição do Presidente José Manuel Dias Pereira, da Deputada Municipal Edite Souto de Freitas Preto, na qualidade de Primeira Secretária, e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: José Manuel Dias Pereira, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Informou que se encontrava na qualidade de Presidente desta Assembleia Municipal, porque o Dr. Dias Pereira se encontrava doente e desejou-lhe uma rápida recuperação. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença e a colaboração de todos, no decurso desta 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal e última do ano de 2018. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quarta sessão ordinária, de 26 de setembro de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Frederico Furtado de Sousa e Ruben Filipe Rebelo Cabral, porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 27 de setembro a 4 de dezembro de 2018, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Ruben Filipe Rebelo Cabral, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de setembro de 2018 e pelos membros José Manuel Dias Pereira, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 4 de dezembro de 2018.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **VOTO DE LOUVOR:**

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal de Lagoa, um voto de louvor à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, pela sua recente eleição de Presidente da Confederação de Municípios Ultraperiféricos – CMU. Acrescentou, que é uma honra ter a Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, como Presidente da AMRAA - Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, mas agora é uma honra redobrada tê-la como Presidente da Confederação de Municípios Ultraperiféricos – CMU.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de louvor à aprovação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, aprovar o voto de louvor à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, pela sua eleição de Presidente da Confederação de Municípios Ultraperiféricos – CMU.

## **VOTO DE PESAR – 20.º ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO DO PADRE JOÃO CAETANO FLORES:**

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, o Voto de Pesar pelo 20.º Aniversário do Falecimento do Padre João Caetano Flores, que abaixo se transcreve:

“A 2 de Dezembro de 1998 falecia o Padre João Caetano Flores, um importante vulto da cultura açoreana, especialmente da freguesia da Ribeira Chã, onde está sepultado. Passados vinte anos não podemos deixar que esta data caia no esquecimento até porque a história está escrita e jamais poderá ser esquecida.

Falar da Ribeira Chã é o mesmo que falar do Padre João Caetano Flores. Esta pequena freguesia a ele tudo deve, mas também a todos aqueles que o rodearam nas suas constantes demandas, em nome deste povo, em nome desta terra, sob a proteção de Deus.

Nasceu no lugar da Fajã dos Vimes, freguesia da Ribeira Seca, na ilha de São Jorge, a 9 de setembro de 1930, filho de João Caetano dos Santos e de Francisca Elvira Flores, um casal de agricultores.

A sua vida foi sempre de entrega a todos os seus projetos e ações sendo membro fundador e dirigente de várias associações, entre elas a Confraria do Vinho Verdelho dos Biscoitos, e colaborador assíduo da imprensa periódica açoreana.

Matriculou-se em 1943 no Seminário Episcopal de Angra, celebrando ali a sua primeira missa a 22 de maio de 1956. A 9 de Dezembro, daquele ano, foi colocado como cura do lugar da Ribeira Chã, iniciando assim a sua carreira sacerdotal. Muito por sua influência, o curato de São José da Ribeira Chã, então dependente da paróquia de Água de Pau, seria elevado em 1966 a paróquia autónoma e pouco depois a freguesia civil.

Dotado de grande capacidade de liderança e trabalho, liderou em 1962 o processo que levaria à construção de uma nova igreja paroquial, encomendando um projeto, na altura considerado pouco convencional, ao arquiteto Eduardo Read Teixeira, no qual incluiu arte decorativa de Tomás Borba Vieira e Álvaro França.

À construção da igreja seguiu-se o salão paroquial, inaugurado em 1965. Entre as suas iniciativas contam-se o Dispensário Materno-Infantil, um jardim-de-infância, pioneiro na educação pré-escolar nos Açores, o Museu de Arte Sacra e Etnografia, a Casa Museu Maria dos Anjos Melo e o Quintal Etnográfico e de Endemismo Açórico.

O Padre Flores é recordado na toponímia e foi patrono da antiga escola básica da freguesia da Ribeira Chã, que ostentava o nome de EB1/JI Padre João Caetano Flores, estando neste momento convertida no Centro Comunitário Padre João Caetano Flores.

O Padre João Caetano Flores deixa-nos como exemplo a seguir que o tamanho de uma terra não se mede pela sua dimensão geográfica, mas sim pela sua cultura, pelo seu empenhamento,

pelo compromisso com as pessoas, valores e tradição. E, como alguém dizia, foi alguém que não se deixou usar pelos poderes, mas sim usar os poderes a favor do seu povo.

Este voto depois lido e aprovado deve ser dado ao conhecimento da família do Padre João Caetano Flores, assim como às demais associações e instituições da Ribeira Chã.”

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo 20.º Aniversário do Falecimento do Padre João Caetano Flores;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto de Pesar à família do Padre João Caetano Flores, assim como às demais associações e instituições da Ribeira Chã;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **VOTO DE PROTESTO À INOPERÂNCIA DO ESTADO:**

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, apresentou, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, o Voto de Protesto à inoperância do Estado, que abaixo se transcreve:

“Nas primeiras linhas dos deveres do estado, está a promoção da segurança das populações, assim, as obrigações cívicas que a população tem para com o estado e que maioritariamente se materializam em impostos sob as mais variadas formas, são a cota parte da sociedade, para com um estado que deverá retribuir da melhor forma e com rigor todo o valor que lhe é entregue.

O estado serve para garantir aos mais desprotegidos os direitos básicos que qualquer cidadão deverá ter ao seu dispor, hoje ninguém põe em causa o direito do acesso a cuidados de saúde, o direito ao ensino, o direito à igualdade de tratamento, o direito à igualdade de género, o direito de acesso à justiça e a tantos outros que não são mais importantes, que o direito à segurança e integridade física.

Existindo no Concelho duas zonas classificadas de “zona de risco” lamentamos que qualquer uma delas, seja a arriba junto à igreja de Santa Cruz, seja o talude contíguo à Rua de S. José e Rua Padre João Caetano Flores, na Ribeira Chã, não tenham ainda merecido, por parte deste mesmo estado, a devida atenção à urgência que a situação exige na resolução de problemas com muitos anos, da inteira responsabilidade do estado, e que a qualquer momento podem gerar um incidente, de irreversíveis consequências, em vidas humanas e património edificado.

Este voto também compromete esta Assembleia Municipal, que sendo composta por cidadãos conscientes e com responsabilidades cívicas, deverá deste modo chamar a atenção para a inoperância citada, mostrando-se como uma força de pressão no acelerar das soluções para os casos descritos.

Deste modo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, apresenta à mesa desta Assembleia Municipal, para ser votado, este voto de protesto pela inoperância que o estado tem mostrado na resolução destes dois importantes casos de segurança na Lagoa.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e agradeceu o voto de louvor aprovado. Referiu que é uma missão que assume com total responsabilidade, com um mandato de um ano. Expôs que na Confederação de Municípios Ultraperiféricos – CMU procuram defender condições de igualdade para quem vive nas Regiões em relação a quem vive nos países do Continente Europeu.

Sobre o voto de protesto apresentado, a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que no seu entendimento é um voto de protesto genérico, que não concretiza um alvo concreto, e cada pessoa tem a sua opinião. Como Presidente da Câmara Municipal compete-lhe informar esta Assembleia Municipal, como já fez noutra sessão deste Órgão, o ponto de situação em relação à Rua de São José, na Freguesia da Ribeira Chã. Realçou que existem relatórios do LREC - Laboratório Regional de Engenharia Civil e o Estado trabalha sustentado em documentos de técnicos com responsabilidade na matéria. De acordo com o relatório emitido pelo LREC – Laboratório Regional de Engenharia Civil, foi identificado um troço na Rua de São José, como zona de risco, com 6 habitações, sendo que uma habitação já se encontra desocupada. O último relatório emitido este ano pelo LREC refere que, presentemente, não houve evolução do seu agravamento. Recomendam a manutenção da interdição do trânsito na rua por forma a não criar cargas dinâmicas ao talude e a colmatção/selagem das juntas e das fendas existentes no pavimento da rua, com o objetivo de evitar a infiltração de água, sendo que aquelas medidas recomendadas estão a ser devidamente acauteladas.

Mais referiu a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que independentemente do Senhor Deputado Municipal José Pacheco entender que aquelas ruas possam estar em perigo, também a situação das Lombas no Concelho da Povoação, poderão ser entendidas que estão todas em risco. Em sua opinião, não lhes cabe avaliar se aquelas ruas estão em perigo ou não, mas sim aos técnicos habilitados para o efeito e esse trabalho está a ser feito e monitorizado pelos técnicos do LREC. Acrescentou, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, que não concorda com este voto de protesto, pois para além de referir a Rua de São José, faz uma avaliação global sobre o papel do Estado. Destacou que a Câmara Municipal de Lagoa continuará junto do LREC a solicitar pedidos de avaliação bianuais para a monitorização da situação.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, referiu que percebeu a preocupação apresentada, face aos acontecimentos que ocorreram, recentemente, de um desabamento da estrada municipal que liga Vila Viçosa a Borba, no Alentejo. Disse que está de acordo com a Senhora Presidente da Câmara Municipal quando disse que o voto de protesto apresentado é genérico e vai votar contra o mesmo, uma vez que não pode votar a favor, porque foram feitos

estudos pelo LREC e as medidas que foram recomendadas estão a ser cumpridas por parte da Câmara Municipal e está a ser feita a monitorização. Expôs que na Região Autónoma dos Açores, em todas as Ilhas, há zonas de risco, mas desde que monitorizadas e acompanhadas, o risco é minimizado.

O Deputado Municipal Frederico Sousa solicitou que fosse disponibilizado à Assembleia Municipal cópia do último relatório do LREC, para poderem tomar conhecimento e irem acompanhando o processo.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, justificou que o voto de protesto foi apresentado, porque ainda não foi encontrada uma solução e o LREC fez um relatório em 2011. A proibição definitiva da circulação de trânsito automóvel na Rua de São José, no troço compreendido entre a Travessa de São José e a Rua Igreja, foi uma situação que já tinha merecido a concordância dos seus moradores. Solicitou cópia da ata da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 22 de março de 2013, onde os moradores foram acusados de “bloqueio” na resolução do problema da rua de São José. Mais referiu que este processo está parado há mais de 5 anos e importa que haja uma solução.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto à aprovação.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, não aprovar o Voto de Protesto apresentado, com 15 votos contra dos membros do PS, três abstenções dos membros Rúben Cabral, Eduíno Rego e André Almeida e quatro votos a favor dos membros Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes.

### **MELHOR PROJETO DE INVESTIMENTO 2017 - HOSPITAL INTERNACIONAL DOS AÇORES:**

O Deputado Municipal Pedro Rodrigues, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que ontem foi lançada a “Revista 100 Maiores Empresas dos Açores 2017” que nomeou como o Melhor Projeto de Investimento 2017, o Hospital Internacional dos Açores (HIA), que está a ser construído no Concelho de Lagoa e será o primeiro hospital privado do arquipélago. Destacou o importante papel que a Câmara Municipal de Lagoa teve na receção e no acompanhamento de todo este projeto, em prol do Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO – 5.º ANIVERSÁRIO DOS FILHOS DA TERRA:**

A Deputada Municipal Carla Galvão, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, por proposta do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, o Voto de Congratulação – 5.º Aniversário dos Filhos da Terra, que abaixo se transcreve:

“Fundado em 2013, o Grupo Acústico Filhos da Terra, da Ribeira Chã, completou o seu quinto aniversário, em julho deste ano.

Embora nascendo numa pequena freguesia o mesmo tem mostrado uma invulgar dinâmica na promoção cultural e turística da nossa terra.

Na génese da criação do grupo está a ocupação dos jovens locais, envolvendo-os de igual para igual com pessoas de maior idade, procurando desta forma motiva-los e gerar autoestima na sua formação pessoal, assim como na prevenção contra as dependências presentes na sociedade.

Ao longo destes cinco anos o Grupo Acústico Filhos da Terra tem atuado nos mais diversos palcos, incluindo participações fora da ilha, onde através de intercâmbios com outros grupos já participou recentemente em atuações no distrito de Coimbra, existindo atualmente conversações com o Centro de Estudos Portugueses, do Rio de Janeiro, para uma possível deslocação ao Brasil, desde que se reúnam condições para tal.

Musicalmente os Filhos da Terra são um grupo de "Covers", tocando musicas locais, nacionais e estrangeiras, de várias épocas.

Ao longo da sua existência o grupo já contou com a colaboração de conhecidos nomes como Luís Gil Bettencourt, António Melo Sousa e Amadeu Diniz da Fonseca em trabalhos que foram gravados em vídeo, onde se destaca a homenagem ao pároco João Caetano Flores e aos 50 anos da freguesia da Ribeira Chã.

Atualmente, como associação, dispõe de uma escola de música, um grupo de cantares e um clube de pesca desportiva, da dinâmica emprestada à comunidade já resultou a realização do conhecido "Festival dos Inhameiros", que equacionam voltar a realizar, se puderem contar com os apoios necessários.

Outra parceria que o grupo realizou, foi com a fundação internacional Playing For Change, atuando esta, como plataforma de promoção dos Açores na realização do Playing For Change Day, desde 2015.

De salientar que segundo informação prestada, o grupo tem feito as suas deslocações e custeado a sua estrutura de custos correntes, apenas com os proveitos das suas atuações, sendo por isso um exemplo em termos de autofinanciamento.

Assim sendo, pede-se a esta Assembleia Municipal que aprove este voto de congratulação também como exemplo e incentivo a outras organizações culturais, recreativas e desportivas do Concelho.

Este voto depois lido e aprovado deve ser dado ao conhecimento à Associação Filhos da Terra, assim como às demais associações e instituições da Ribeira Chã."

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Congratulação – 5.º Aniversário dos Filhos da Terra;
- 2.º** Dar conhecimento deste Voto à Associação Filhos da Terra, assim como às demais associações e instituições da Ribeira Chã;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, agradeceu o Voto de Congratulação aprovado por esta Assembleia Municipal, pelo 5.º Aniversário dos Filhos da Terra. Expôs, na qualidade de Presidente da Associação Filhos da Terra, que tem sido uma aventura a concretização deste projeto e as atividades desenvolvidas com os jovens, na divulgação da música Açoriana. Informou que irão receber a Tuna Mouronhense, do distrito de Coimbra, com a qual participaram num intercâmbio cultural, no passado mês de novembro, onde levaram o nome da Lagoa e apresentaram o vídeo promocional da Freguesia da Ribeira Chã.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, congratulou a Associação Filhos da Terra.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

### **PONTO N.º 2 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano, para o ano financeiro de 2019, a qual foi apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), sendo 9.987.519,00 € (nove milhões novecentos e oitenta e sete mil quinhentos e dezanove euros) de receitas correntes e 5.012.481,00 € (cinco milhões doze mil quatrocentos e oitenta e um euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 8.281.905,00 € (oito milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e cinco euros) de despesas correntes e 6.718.095,00 € (seis milhões setecentos e dezoito mil noventa e cinco euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 5.149.481,00 € (cinco milhões cento e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e um euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 613.200,00 € (seiscentos e treze mil e duzentos



euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 5.762.681,00 € (cinco milhões setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e oitenta e um euros).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o valor do orçamento para 2019 é de 15.000.000,00 € e houve um aumento de 28,50%, em relação ao orçamento de 2018. Na receita, as rubricas com maiores variações são: transferências do Orçamento do Estado, mais 7%, impostos indiretos, mais 17% e impostos diretos, mais 3%. A receita inclui o empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, e o empréstimo de curto prazo, na modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 €.

Relativamente ao empréstimo de médio e longo prazo, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que o mesmo destina-se a investimentos, nomeadamente, aquisição de terrenos para parque de estacionamento, abertura de nova via e reforço do abastecimento de água, recuperação e requalificação da Praça Nossa Senhora do Rosário, recuperação do Cine Teatro Ferreira da Silva a espaço multiusos e aquisição da rede de abastecimento de água no Bairro Vila Mar. Mais informou que de acordo com a Ficha do Município do 3.º trimestre de 2018, o Município tem margem disponível por utilizar, em valor superior ao do empréstimo. Sobre o empréstimo de curto prazo, informou que a Câmara Municipal, nos últimos anos, não necessitou de utilizar o empréstimo a curto prazo que tem sido autorizado, anualmente, por esta Assembleia Municipal.

Sobre as rubricas das despesas, informou que houve aumento em relação ao ano de 2018, na habitação degradada, habitação social, ação social, cultura, desporto e turismo. Em relação ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos referiu que também houve aumento e destacou que o aumento do Orçamento Participativo Jovem foi de 71%.

Acrescentou, ainda, que globalmente cumpriu com todas as sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores da Oposição, houve aumentos na habitação social e nas transferências para as Juntas de Freguesia, sendo que a única questão que não foi contemplada foi a derrama. O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que a Senhora Presidente da Câmara explicou, neste ponto, a matéria também referente aos pontos 11 e 12, colocaria de forma individual os pontos 2, 11 e 12 à votação.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, em representação do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Lagoa, a declaração que abaixo se transcreve:

#### “DECLARAÇÃO SOBRE O PLANO E ORÇAMENTO

A proposta de Plano e Orçamento apresentado a esta Assembleia fica aquém do que poderia ser. É um orçamento de continuidade, que não trás nada de novo, garantindo a gestão corrente

do município, seguindo o Plano e Orçamento apresentado para 2018, em muitas passagens à letra. No final da sua leitura acabamos por sentir que faltou:

- ouvir as propostas / chamadas de atenção apresentadas pelos vereadores do PSD ao longo da execução do atual Plano e Orçamento;
- ler/ouvir as propostas apresentadas pelo PSD aquando das eleições de 2017.

Ambas as situações iriam contribuir de forma muito positiva para um plano orçamento de longe muito melhor para o Município de Lagoa.

Mesmo sem “ouvir” as propostas do PSD podiam ir mais além. Por exemplo, na secção sobre educação lê-mos sobre a importância da formação cívica e formar massa crítica, mas nada surge sobre a necessidade de contribuir para a formação ao longo da vida, sobre a necessidade desenvolver novas competências / melhorar as competências da população no geral, contribuindo para a sua melhor integração na sociedade / mundo cada vez mais digital. Existindo uma preocupação tão grande pela utilização do digital como ferramenta, também deveria haver o cuidado de formar as pessoas para esse mundo. Por exemplo, a aproveitar o PRO-SCIENTIA, nomeadamente a - Medida 4.1.c do eixo 4 - Apoio ao funcionamento de infra-estruturas /espaços no âmbito das TIC. De que serve um município tão digital se os seus munícipes não foram digitalmente competentes?”

Sobre o pedido de contração de um empréstimo de médio e longo prazo, o Deputado Municipal Carlos Resendes, questionou qual o montante máximo de capacidade de endividamento do Município.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a margem disponível por utilizar é de 1.985.977,00 €, pelo que não fica esgotada a capacidade de endividamento do Município. Acrescentou, que anualmente o Município vai amortizando o serviço da dívida, pelo que aquele valor da margem disponível por utilizar vai aumentando. Explicou que a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 €, destina-se a investimentos municipais, pelo prazo de 20 anos, com um prazo de utilização do capital máximo de dois anos, e só irão pagar o montante do empréstimo que for utilizado. Se, eventualmente, não se concretizar algum investimento, não irão pagar o empréstimo na sua totalidade.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que a área da juventude se resume ao Orçamento Participativo Jovem (OPJ) e questionou se a preocupação da Câmara Municipal nesta área é só o Orçamento Participativo Jovem (OPJ). Disse que na área da juventude há muito a melhorar e a fazer e este orçamento não é aliciante para os jovens. Questionou onde está o incentivo à fixação dos casais jovens e onde está o roteiro de turismo da Lagoa. Acrescentou, que no ponto 3.3. Turismo da Proposta de Plano e Orçamento para 2019, as Festas de Santo António, em Santa Cruz, aparecem em último lugar, quando deveriam

ser o cartaz do Concelho de Lagoa. O orçamento continua a privilegiar eventos que são um fracasso, designadamente, o Inspiral e o Caloura Blues. Sobre a área Cultural, em sua opinião, a Câmara Municipal deveria dialogar com as Instituições Culturais da Lagoa, pois já estão a perder aos poucos Grupos de Folclore, de Teatro e de Poesia. A Cultura faz-se com pessoas da terra e tem que se dar oportunidade às pessoas da Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que na edição do Orçamento Participativo Jovem de 2018, foram entregues 250 propostas que envolveram a participação de muitos jovens da Lagoa, o que demonstra a receptividade que esta edição do Orçamento Participativo Jovem teve nos jovens do Concelho. A Câmara Municipal tem desenvolvido um conjunto de iniciativas para os jovens, nomeadamente, com a implementação de sessões de Educação Política e para a Cidadania, incutindo nos jovens o interesse pela cidadania ativa e democrática. Premiou os vencedores da proposta mais votada do OPJ – 2018, através de um sorteio de 5 viagens, permitindo que os jovens lagoenses fossem até Valongo, por forma a participarem no encontro que decorreu com os Orçamentos Participativos de vários Municípios do País.

Acrescentou, que todas as áreas do orçamento estão interligadas. Na educação, a Câmara Municipal de Lagoa tem desempenhado um papel ativo na promoção, incentivo e melhoramento de sucesso escolar no Concelho e com o compromisso de continuar a investir na educação. Desafiou a Escola Secundária de Lagoa com a participação de dois alunos num congresso que se realizou em Cascais. Na área do desporto, a Câmara Municipal apoia todas as Instituições do Concelho, que integram muitos jovens, para o desenvolvimento da prática desportiva em várias modalidades, tais como: judo; karaté; ténis; patinagem, entre outras, nas quais têm obtido excelentes resultados.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que o Inspiral é composto por 9 sessões mais o evento final, que terá a duração de dois dias, terminando no ano 2019. Não é um evento de massas, mas sim um projeto cultural, com um cartaz muito específico, que visa dinamizar os espaços culturais do Concelho. A Câmara Municipal não acabou com nenhum evento que já existia no Concelho, pois continua a realizar-se o Festival da Malassada, as Festas do Divino Espírito Santo do Império de São Pedro e as Festas de Santo António, em Santa Cruz. Passou a haver dois novos eventos com novos conceitos, com a oportunidade das pessoas conhecerem os espaços culturais do Concelho, nomeadamente, o Núcleo Museológico do Cabouco.

A Senhora Presidente da Câmara deixou um desafio para a próxima sessão da Assembleia Municipal, o da mesma ser realizada no Convento do Franciscanos, em Santa Cruz, um dos ex-líbris da cidade de Lagoa, com a presença do Arq. Igor França, Coordenador da área da Cultura da Câmara Municipal de Lagoa, para apresentar o Plano Cultural e falar sobre cultura.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que os grupos da Lagoa não são convidados para atuarem nos eventos da Lagoa. Expôs que, por parte do seu Grupo, não querem dinheiro, mas sim trabalho. Em sua opinião, o evento Inspiral não foi feito para a Lagoa e o conceito de cultura é muito vasto. Deu os parabéns à Câmara Municipal pela realização das Festas do Divino Espírito Santo do Império de São Pedro, em Água de Pau e reconhecem o trabalho que Câmara Municipal tem feito junto dos jovens nas escolas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o documento da Proposta de Plano e Orçamento para 2019, foi elaborado pelos serviços da área financeira e os eventos são colocados por ordem aleatória, ou seja, o facto de as Festas de Santo António aparecerem no fim da lista, não significa que têm menos importância do que os outros eventos. Apesar de serem realizadas pela Junta de Freguesia de Santa Cruz recebem um apoio significativo por parte da Câmara Municipal. A Associação Musical de Lagoa tem uma Academia de Música que tem desenvolvido um trabalho meritório junto dos jovens do Concelho. A Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à Senhora Vereadora Albertina Oliveira.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e explicou o conceito do evento Inspiral. Referiu que é parte integrante de um plano cultural, que percorre as cinco freguesias do Concelho e que visa dar a conhecer os espaços culturais que existem em cada uma delas e também dar a conhecer um novo género musical. Disse, ainda, que o Inspiral não é um evento de massas, é um projeto cultural e com um cartaz muito específico, direcionado para cantautores. Lamentou que a oposição ainda não tenha compreendido o conceito do evento.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado pediu o uso da palavra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que de acordo com a Lei, sobre a participação dos membros da Câmara na Assembleia Municipal, é facultado aos Senhores Vereadores intervir nos debates, a solicitação do plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara. Disse que passaria a palavra ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado se tivesse um assunto novo para apresentar, pois este assunto já tinha sido discutido na reunião da Câmara Municipal, registado em ata e disponibilizado a todos os membros desta Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e disse que os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra. Expôs que a Senhora Presidente da Câmara disse que a proposta do orçamento contemplou as sugestões apresentadas pelo PSD, nomeadamente, no que diz respeito às transferências para

as Juntas de Freguesia. Efetivamente houve um reforço das verbas para as Juntas de Freguesia, mas também houve novas delegações de competências, o que pode não ser favorável para as Juntas de Freguesia. Defendeu que os acordos de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia também deveriam de ser votados antes da votação do orçamento. Acrescentou, ainda, que há eventos de massa, nomeadamente, a 3.<sup>a</sup> Gala de Ópera, no Cine Teatro Lagoense, promovida pelo Instituto Cultural Padre João José Tavares.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, referiu que concorda que os acordos de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia sejam também votados antes da votação do orçamento, pois faz todo o sentido. Felicitou a Câmara Municipal por apresentar o Orçamento para 2019, no montante de 15.000.000,00 € e as ações aprovados e a decorrer, cofinanciadas pelo PO Açores 2014 - 2020, nomeadamente, "Smart City Lagoa e Modernização Administrativa" e "Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa", bem como o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que na sequência da reunião que teve com a ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias, recomendaram mais descentralização de competências dos Municípios nas Freguesias, foram presentes novos acordos de execução com as quatro Juntas de Freguesia que tinham condições para receber mais competências. A Junta de freguesia de Água de Pau mantém o mesmo acordo de execução, porque face à sua situação financeira, não tem condições para aceitar novas competências, para além das que já lhe foram delegadas até ao final deste mandato. A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que as novas competências que foram transferidas para as Juntas de Freguesia foram acordadas com os Presidentes daquelas Juntas de Freguesia. Assim, para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário foram transferidas a manutenção das Canadas, para a Junta de Freguesia de Santa Cruz a manutenção do Jardim do Convento dos Franciscanos e da Casa Mortuária e para as Juntas de Freguesia do Cabouco e da Ribeira Chã algumas intervenções passaram para a responsabilidade daquelas Juntas.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, pediu que os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia se pronunciassem sobre os novos acordos de execução e se estão satisfeitos.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que nunca estão satisfeitos, pois querem sempre mais. As verbas continuam a ser as mesmas, houve um acréscimo de 12.000,00 €, mas são para a manutenção das Canadas, com pequenas reparações, porque as grandes reparações continuam a ser da responsabilidade da Câmara Municipal. Reuniu com a Senhora Presidente da Câmara Municipal e concordou, mas no final do ano vão fazer uma análise e corrigir o acordo de execução se for necessário.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sérgio Costa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que faz parte da ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias e teve conhecimento das recomendações apresentadas por aquela Associação de mais descentralização de competências dos Municípios nas Freguesias. Reuniu com a Senhora Presidente da Câmara Municipal e concordou com o novo acordo de execução.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, Adriano Costa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que está satisfeito com o novo acordo de execução para a Junta de Freguesia do Cabouco.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que os acordos devem de ser revistos anualmente.

O Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que lamenta que a gestão socialista da Junta de Freguesia de Água de Pau levasse a que a Câmara Municipal não fizesse um novo acordo de execução com a Junta de Freguesia de Água de Pau.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que subscreve literalmente o que o Deputado Municipal Vítor Sousa disse, por isso, retirou a sua confiança política ao anterior Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, um ano antes de terminar o mandato.

O Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, referiu que a Senhora Presidente da Câmara Municipal manteve o acordo de execução com a Junta de Freguesia de Água de Pau.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou que de acordo com a legislação, a duração dos acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia, coincide com a duração do mandato, pelo que teve que manter o acordo.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação os pontos 6, 7, 8, 9, 11 e 12, seguindo-se, posteriormente, a votação ao ponto n.º 2.**

**PONTO N.º 6 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 7 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 8 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 9 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, para a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal, naquela Freguesia, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção do membro Carlos Resendes, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação, em minuta, para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 11 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para a contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 €, com o prazo de amortização de um ano, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2019, apresentado em reuniões Camarárias de 19 de outubro e 23 de novembro de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor e uma abstenção do membro José Pacheco, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, em 2019, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), em conformidade com a consulta feita à banca, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2019;
- 2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 0,65%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 12 – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, POR 20 ANOS, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 1.765.000,00 €:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), pelo prazo de 20 anos, com período de carência de 2 anos, apresentado em reuniões Camarárias de 19 de outubro e 23 de novembro de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor, um voto contra do membro Vítor Sousa e três abstenções dos membros Carlos Resendes, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Autorizar a Câmara Municipal a contrair, um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), em



conformidade com a consulta feita à banca, pelo prazo de 20 anos e com período de carência de 2 anos;

**2.º** Autorizar a contratação deste financiamento junto da Caixa Geral de Depósitos, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme a análise efetuada, até ao montante máximo de 1.765.000,00 € (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil euros), com a taxa de juro Euribor 6 meses acrescida do spread 1,15%, de acordo com a alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto n.º 2.**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, quatro votos contra dos membros Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão e uma abstenção do membro Ruben Cabral, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar o Orçamento para 2019, no montante de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), bem como as Grandes Opções do Plano para 2019, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 3 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que não houve aumento no número de trabalhadores, sendo o mesmo igual ao de 2018.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, propôs que sempre que houver vagas disponíveis que as mesmas sejam preenchidas.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que, em 2018, através de procedimento concursal foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, com mais 8 trabalhadores, conforme permitido pela legislação em vigor.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que são necessários trabalhadores da carreira operária, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal respondido que daqueles oito trabalhadores, seis são Assistentes Operacionais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e quatro abstenções dos membros Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, na qual foi deliberado:

**1.º** Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

**2.º** Solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

**3.º** A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

**4.º** Delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e três abstenções dos membros Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no âmbito da Lei dos Compromissos, conforme informação apresentada;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta para atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, apresentada em reunião Camarária de 31 de outubro de 2018, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2019.

Estas despesas de representação, concretamente no valor de 194,79€, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria 1153-C/2008 de 31 de dezembro.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e quatro abstenções dos membros Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 10 – MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do contrato de arrendamento, a celebrar entre o Município de Lagoa e a Empresa Casa Grande, Atividades Hoteleiras e Turística, Lda., de parte do prédio rústico para parque de estacionamento, sito ao Caminho do Porto S/N, Caloura, freguesia de Água de Pau.

O Deputado Municipal Vítor Sousa, no uso da palavra, perguntou qual o valor da renda pela exploração do Bar e Restaurante, na Zona da Caloura, em Água de Pau, decorrente do contrato de arrendamento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e respondeu que o valor da renda é mais elevado no período do verão do que no inverno, pelo que o valor médio mensal é aproximadamente de 1.300,00 €.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido contrato de arrendamento, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

#### **PONTO N.º 13 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DO N.º 10 DO ARTIGO 6.º E AO TEXTO DA 12.ª OBSERVAÇÃO DO CAPÍTULO VI DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do n.º 10 do artigo 6.º e ao texto da 12.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, apresentada em reunião Camarária de 19 de outubro de 2018, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 5 de dezembro de 2017, conforme editais datados de 6/12/2017, da isenção do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero, para instalação/ocupação de esplanadas com mesas e cadeiras, pelos estabelecimentos com sede no Concelho de Lagoa, propõe-se a manutenção de um regime de exceção temporária, ainda que não na totalidade do valor das taxas.

Assim, e decorridos 4 anos de isenções temporárias do pagamento de taxas para instalação/ocupação de esplanadas com mesas e cadeiras e os dizeres que resultam de imposição legal e dos anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, considerando o princípio da atualidade e do consequente reforço dos procedimentos de controlo e fiscalização, propõe-se que as referidas taxas para os regimes identificados beneficiem de

uma redução de 50% dos valores praticados, propondo-se a alteração do n.º 10 do artigo 6.º e ao texto da 12.ª observação do capítulo VI do regulamento municipal de taxas e licenças do município de Lagoa-Açores.

"Artigo 6.º  
Ocupações diversas

...

10. Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2019, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal para instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras previstas no ponto 2 beneficiam de uma redução de 50% das taxas.

CAPÍTULO VI  
PUBLICIDADE – LICENÇAS

...

12.ª Beneficiam de uma redução de 50% das taxas referidas no Capítulo VI os dizeres que resultam de imposição legal, os anúncios destinados à identificação e localização de sociedades comerciais e empresas desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor e quatro abstenções dos membros Carlos Resendes, Ruben Cabral, José Pacheco e Carla Galvão, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar a proposta apresentada, de acordo com o previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 14 – PROJETO DE REGULAMENTO DO MUSEU DE LAGOA – AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente o processo referente ao Projeto de Regulamento do Museu de Lagoa – Açores que foi publicado no Jornal Oficial, II Série, n.º 137, de 18 de julho de 2018 e no Diário da República, 2.ª Série, n.º 158, de 17 de agosto de 2018, tendo colhido sugestões apresentadas, no período de apreciação pública, cujo processo foi presente nas reuniões Camarárias de 13 de julho e 9 de outubro de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, quatro votos contra dos membros Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão e uma abstenção do membro Ruben Cabral, dos vinte e dois membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Regulamento do Museu de Lagoa – Açores, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 15 – DESIGNAÇÃO DE MEMBRO PARA O CONSELHO LOCAL DE EDUCAÇÃO:**

Pelo Deputado Municipal Manuel António Rodrigues foi presente a carta, datada de 22 de outubro de 2018, que abaixo se transcreve:

“No passado dia 27 de junho, tomei posse como Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Lagoa, o que me permite integrar o Conselho Local de Educação, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 135.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2013/A, de 30 de agosto, que altera e republica o regime de criação, autonomia e gestão das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de junho.

Ora, por esta razão, solicito a V. Exa. a minha substituição de membro designado pela Assembleia Municipal, desde 5 de dezembro de 2017, para integrar o Conselho Local de Educação, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 135.º do diploma supracitado, por considerar que, a manter-se, poderá desvirtuar a constituição do órgão que o espírito da Lei recomenda.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Designar o seguinte membro para integrar o Conselho Local de Educação:

- Eduíno Manuel da Ponte Rego;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 16 – OUTROS ASSUNTOS:**

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta – Contrato de Arrendamento não habitacional por prazo certo;
- Dissolução e liquidação da Sociedade EIRSU, EIM, SA;
- 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2018.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e dois membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

**PROPOSTA – CONTRATO DE ARRENDAMENTO NÃO HABITACIONAL POR PRAZO CERTO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta e a minuta do Contrato de Arrendamento não habitacional por prazo certo, a celebrar entre o Clube Operário Desportivo e o Município de Lagoa - Açores, da fração autónoma B, sendo esta o rés-do-chão, do prédio urbano, sito na Rua da Fábrica n.º 110, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa, para instalação

e funcionamento de serviços e valências de interesse público, nomeadamente, mas não limitado, ao JUDOLAG.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, questionou qual o valor do contrato.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a renda mensal é no valor de 950,00 €.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, referiu que o presente contrato de arrendamento é celebrado pelo prazo de 15 anos e, em seu entender, considera ser por um período muito longo, pois a Câmara Municipal está a assumir um compromisso por 15 anos.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal está a apoiar uma Instituição, como também apoia outras Instituições do Concelho, com a cedência de espaços ou arrendamento de espaços para o desenvolvimento das suas atividades. Mais informou que é importante garantir a estabilidade da atividade do JUDOLAG - Judo Clube Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido contrato de arrendamento, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

### **DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE EIRSU, EIM, SA:**

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 028, de 27 de novembro de 2018, enviado pela Administração da EIRSU, EIM, SA, que abaixo se transcreve:

“Considerando o relatório do Tribunal de Contas n.º 03/2018 – FC/SRATC – Ação n.º 17-201FC1 (Of. 1135) - Contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos pela EIRSU – Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, S.A (EIRSU, EIM, SA), e pelos municípios participantes.

Recomendado no relatório o seguinte:

- Os Municípios da Lagoa e Ribeira Grande observem o regime legal do endividamento municipal, abstendo-se de celebrar contratos com entidades financeiras ou diretamente com os credores, tendo por objetivo a consolidação de dívida de curto prazo, sempre que a duração dos mesmos ultrapasse o exercício orçamental.
- Os Municípios da Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo ponderem a extinção da empresa local intermunicipal EIRSU – EIM, S.A.

Esta recomendação fundamenta-se na circunstância da EIRSU – EIM, S.A., exercer uma atividade de mero intermediário dos municípios participantes, gerando um acréscimo de encargos, sem acrescentar valor, podendo os municípios optar por outras formas de

coordenação que permitam melhorar o acompanhamento da atividade desenvolvida pelo operador privado que presta os serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

Não se recolheram evidências de que a EIRSU – EIM, S.A., tenha instituído mecanismos de controlo no sentido de verificar se as quantidades de trabalhos faturadas correspondem às realmente produzidas. De resto, a EIRSU – EIM, S.A., não dispõe de trabalhadores que possa afetar ao desenvolvimento daquelas tarefas.

Os pagamentos foram efetuados pelos Municípios sem a existência de título contratual que os fundamentasse e sem que o processo de tomada de decisão relativo à contratação da EIRSU – EIM, S.A., tenha tido a intervenção dos órgãos autárquicos competentes, em violação do disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

É duvidoso que se justifique o recurso a uma pessoa coletiva, com a forma de empresa, para a realização, exclusivamente, da atividade que tem vindo a ser prosseguida pela EIRSU, EIM, S.A. A Assembleia-Geral da EIRSU, EIM, SA de 5 de novembro de 2018, aprovou por unanimidade seguir a recomendação do Tribunal de Contas, conforme o acima exposto, em extinguir a sociedade.

Face ao exposto, vem o Conselho de administração da EIRSU, dar conhecimento da deliberação de intenção da dissolução/liquidação da sociedade, pelo que serão desenvolvidos no futuro imediato os mecanismos previstos na legislação, nomeadamente C.S.C. e Lei 50/2013 de 31 de agosto, para a dissolução da sociedade e posterior liquidação.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, explicou o assunto, conforme exposto no ofício enviado pela Administração da EIRSU, EIM, SA, e que o mesmo decorre de uma recomendação do Tribunal de Contas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2018:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 2.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2018, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receitas de Capital

10030702 – Fundos Comunitários – 884.771€



120502 – Sociedades Financeiras – 350.000€

Despesas de Capital

07030301 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares – Obra n.º 2016/I/16 – Ciclovia e Valorização da Frente Marítima da Cidade de Lagoa - 884.771€

070115 – Outros Investimento – Obra n.º 2016/I/6 – Smart City Lagoa e Modernização Administrativa - 89.024€

100503 – Sociedades Financeira, Bancos e Outras Instituições Financeiras – 260.976€.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com vinte votos a favor, e duas abstenções dos membros Carlos Resendes e Vítor Sousa, dos vinte e dois membros presentes:

**1.º** Aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Não se observou nenhuma intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que sendo esta a última sessão deste ano, agradeceu o contributo dos Deputados Municipais e a colaboração dos trabalhadores nas sessões da Assembleia Municipal. Informou que no próximo dia 7 de dezembro será inaugurada a iluminação de Natal, na Avenida Infante D. Henrique e há um vasto programa alusivo à quadra de Natal, no Concelho de Lagoa, pelo que convidou todos os membros da Assembleia Municipal a participar nos referidos eventos.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a colaboração de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados, referiu que o seu papel foi de moderador, em substituição do Presidente José Manuel Dias Pereira e desejou a todos um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo, repleto de muita saúde e paz.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e três horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---